

Desafios socioeconômicos e socioambientais na aplicação de políticas públicas no município de Ilha Grande - Piauí

Com os avanços socioeconômicos e socioambientais nas últimas décadas no Brasil, é possível observar as transformações advindas de políticas públicas mais direcionadas à realidade do país. Porém, o país ainda apresenta várias dificuldades enfrentadas pela população coletivamente no que diz respeito às demandas sociais. Dentro dessa perspectiva, objetivou-se caracterizar os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais do município de Ilha Grande no estado do Piauí. Para tanto, foi realizada uma investigação exploratória, descritiva, documental e bibliográfica, tendo como parâmetro o método indutivo, além da pesquisa de campo com aplicação de 570 formulários junto à população local. Foram identificados diversos problemas socioeconômicos e socioambientais, tais como: o crescimento desordenado do espaço urbano e a falta de infraestrutura adequada ao atendimento de necessidades básicas, situações essas que degradam o meio ambiente, e, ao mesmo tempo, prejudicam a qualidade de vida da população local, como a falta de água quase que diariamente. Além disso, foi verificado que a maioria das receitas orçamentárias são provenientes de fontes externas, sendo que 91,2% destas, especialmente, advêm de auxílios do Governo Federal. Tais condições demonstram a vulnerabilidade e ineficiência socioeconômica do município – uma situação que inviabiliza a aplicação de políticas públicas que atendam, de fato, as necessidades básicas locais.

Palavras-chave: Administração Pública; Governo Federal; Delta do Parnaíba; Ineficiência; Comunidade local.

Socioeconomic and socio-environmental challenges in the application of public policies in the municipality of Ilha Grande - Piauí

With the socioeconomic and socio-environmental advances in recent decades in Brazil, it is possible to observe the transformations arising from public policies more directed to the reality of the country. However, the country still has several difficulties faced by the population collectively with regard to social demands. Therefore, the aim was to characterize the social, economic, cultural, and environmental aspects of the county of Ilha Grande in the state of Piauí. Thus, an exploratory, descriptive, documentary, and bibliographic investigation was carried out, having the inductive method as a parameter, in addition to field research with the application of 570 forms to the local population. Several socioeconomic and socio-environmental problems were identified, such as: the disorderly growth of urban space and the lack of adequate infrastructure to meet basic needs, situations that degrade the environment and, at the same time, harm the quality of the local population, such as the lack of water almost daily. Moreover, it was found that most budget revenues come from external sources, and 91.2% of these, especially, come from the Federal Government. Such conditions demonstrate the county's socioeconomic vulnerability and inefficiency – a situation that makes it impossible to apply public policies that meet basic local needs.


Keywords: Public Administration; Federal government; Delta do Parnaíba; Inefficiency; Local community.


Topic: **Planejamento, Gestão e Políticas Públicas Ambientais**


Received: **03/06/2022**

Approved: **29/06/2022**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Francisco Pereira da Silva Filho 
Universidade Federal do Piauí, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8852967482993545>
<http://orcid.org/0000-0002-7885-7202>
pereira_ufpi@hotmail.com

Edvania Gomes de Assis Silva 
Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4936910988646173>
<http://orcid.org/0000-0002-0171-7324>
edvania@ufpi.edu.br

Edson Vicente da Silva 
Universidade Federal do Ceará, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3354228537186786>
<http://orcid.org/0000-0001-5688-750X>
cacau@ufc.br

Ivanilza Moreira de Andrade 
Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7284717480828084>
<http://orcid.org/0000-0001-6059-8540>
ivanilzaandrade@hotmail.com



DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2022.006.0020

Referencing this:

SILVA FILHO, F. P.; SILVA, E. G. A.; SILVA, E. V.; ANDRADE, I. M..
Desafios socioeconômicos e socioambientais na aplicação de políticas públicas no município de Ilha Grande - Piauí. *Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais*, v.13, n.6, p.248-264, 2022. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2022.006.0020>

INTRODUÇÃO

Ao observar os avanços socioeconômicos e socioambientais nas últimas décadas no Brasil é possível notar as transformações originadas pelas políticas econômicas e sociais, assim como atuação mais presente do governo por meio de políticas públicas mais direcionadas à realidade do país, principalmente, na conjuntura social, devido ao aumento considerável do PIB de 4,3% no ano de 2009, que já vinha num crescente, tendo seu ápice em 2010, quando o PIB chegou a 7,5%. Situações essas que provocaram mudanças significativas no direcionamento de investimentos públicos, especialmente de infraestrutura (IBGE, 2010), bem diferente do Produto Interno Bruto atual, que é de 1% no primeiro trimestre de 2022.

O Brasil ainda demonstra várias dificuldades enfrentadas pela população, notadamente, no que diz respeito às demandas sociais e direitos coletivos que são garantidos pela Constituição Federal de 1988, a qual deve prover, assegurar e garantir condições básicas de vida à população, como por exemplo, educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, dentre outros, que devem ser asseguradas com a arrecadação de impostos e sua eficaz aplicação como um importante instrumento de desenvolvimento social (BRASIL, 2008; PASCOALETTO et al., 2020; OSTROVSKI, 2021).

Porém, a realidade social, vivenciada pela população diariamente, está longe de representar as condições ideais para o exercício de uma verdadeira cidadania no país, como a garantia desses direitos, que são impostos a administração pública em todas as esferas do executivo (federal, estadual e municipal), sobretudo a gestão municipal, pela proximidade maior com a população residente, embora exista dificuldades, como a financeira, comumente notada nos pequenos municípios. Apesar desse cenário, é possível melhorar a atuação da gestão pública local, sobretudo as sociais, principalmente na questão do ordenamento territorial, que é essencial para qualquer administração de ordem pública (KLINK et al., 2011).

Isso só será plausível com a maximização dos resultados da atuação da gestão, por meio de políticas públicas, especialmente aquelas que fomentam as ações de infraestrutura, como por exemplo, habitação e saneamento, que já foram antecipadas por programas governamentais (Minha Casa Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC) (DENALDI et al., 2010). No entanto, estas intervenções são mais realizadas nos espaços urbanos e nos grandes centros, não refletindo na mesma velocidade nos pequenos municípios e/ou nos de menor poder aquisitivo, pelo não conhecimento das realidades e necessidades destas localidades ou pela viabilidade socioeconômica de aplicação destas ações (DENALDI et al., 2010) como é o caso do município de Ilha Grande, que fica no extremo norte do estado do Piauí, na Mesorregião Norte Piauiense e Microrregião do Litoral Piauiense, sendo o mais setentrional do estado, com uma área territorial de 134.318 km², 9.487 habitantes (população estimada pelo IBGE, 2021), densidade demográfica de 66,36 habitantes por km² (BRASIL, 2021) (Figura 1), as quais as política pública, também devem ser direcionadas.

Nessa perspectiva, é preciso buscar alternativas que auxiliem a administração pública a gerenciar melhor estes municípios, sendo um grande desafio para os gestores, já que muitas vezes que não possuem

atenção, apoio e investimentos de políticas públicas existentes no país. Além disso, a composição de um corpo técnico qualificado, a aplicação de definições metodológicas e legais que regem a administração pública, além do próprio orçamento público ser muito limitado, dificultam a atuação do grupo gestor local e participação da população na tomada de decisões (NUNES et al., 2019).

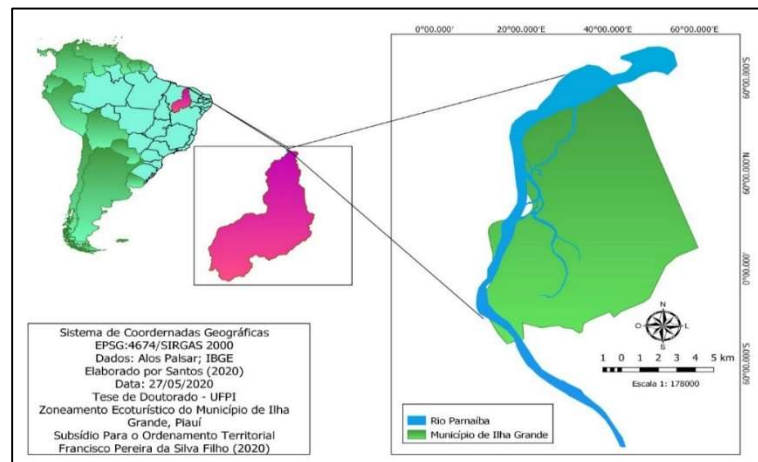


Figura 1: Mapa de localização do município de Ilha Grande, Piauí, Brasil.

Para assim garantir ações que ajudem a proporcionar uma melhor qualidade de vida à população local (coletivamente), bem como ordenar seu território e, ao mesmo tempo, garantir políticas públicas que providenciam a sustentabilidades socioambiental, principalmente na área do turismo, que está em crescimento no município e região. Neste contexto, teve-se como objetivo caracterizar os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais do município de Ilha Grande, no estado do Piauí.

REVISÃO TEÓRICA

Desafios da gestão pública na aplicação de políticas públicas

Em se tratando dos desafios da gestão no Brasil para a aplicação de políticas públicas, especialmente nos pequenos municípios, a gestão surge com a finalidade de trazer um direcionamento mais eficaz em ações que mais se aproximam da realidade vivida por uma determinada sociedade, representada por um conjunto de serviços que possam garantir a eficiência dos recursos disponíveis em prol da comunidade por meio de diretrizes e objetivos pré-estabelecidos (MORAES, 2014; PASCOALETTO et al., 2020). A administração pública, portanto, aparece plenamente, nos seus diversos aspectos desde seu surgimento, onde se encontra manifestações econômicas, sociais, culturais e ambientais, que necessitam de organização e planejamento para solucionar problemas de forma mais eficiente e direcionada a todos os membros da sociedade, assim melhorando a qualidade da gestão (CASTELAR, 2009; MORAES, 2014; OSTROVSKI, 2021).

Com a industrialização veio facilidades para a vida cotidiana (aspectos positivos) como o acesso a diversos produtos por meio de procedimentos tecnológicos. Por outro lado, também apareceram elementos negativos, que necessitavam de novos métodos para gerir os diversos acontecimentos, como o aumento da população nos centros urbanos e, conseqüentemente, as desigualdades sociais (MARSON, 2015; FIRMINO, 2022). Um dos métodos que surgiram foi a Ciência da Gestão Pública, que passou a se dedicar em descobrir

formas de gerenciamento de instituições públicas e os profissionais responsáveis em delegar diretrizes que melhor atendesse aos interesses das instituições federais, estaduais e municipais em ações de coordenação, planejamento, direcionamento e de execução, que também atendessem as necessidades da sociedade de modo geral, ou seja, de todo o coletivo (CAPOBIANGO et al., 2013; ALCÂNTARA, 2021).

Esta gestão abrange áreas como: políticas públicas, finanças públicas, recursos humanos, dentre outras; sendo baseadas em estruturas administrativas hierarquizadas através de autoridades que correspondem às diversas categorias funcionais. Dessa forma, funciona a gestão pública que é coordenada pelo poder executivo onde são distribuídas as funções dos seus órgãos e colaboradores, estabelecendo assim, a relação de subordinação ao poder central político da sociedade (MORAES, 2014).

A principal função da administração pública é garantir que os recursos públicos sejam corretamente direcionados as comunidades. Isso é possível por meio de políticas públicas, que devem ser elaboradas com a finalidade de entender, de forma integral, os fenômenos que ocorrem numa determinada sociedade, além de tentar setorizar os problemas sociais com a preeminência de suas possíveis soluções (BENEDITO et al., 2013).

No Brasil, até meados da década de 1980, o país tinha sua gestão muito centralizada no Estado, fator esse que dificultava a administração dos recursos, principalmente para os territórios mais pobres. No entanto, isso foi mudado com a elaboração da Constituição Federal de 1988, que firmou um marco na gestão pública brasileira, especialmente na formulação e implementação das políticas públicas, já que conferiu autonomia político-administrativa também aos municípios, que até então eram de competências das esferas federal e estadual (BRASIL, 2008; D'ALBUQUERQUE et al., 2021). Esta situação trouxe consigo grande desafio de organização e constituição intergovernamental no processo da administração pública, que a princípio ficou somente no papel, não sendo bem executado na prática pelos territórios municipais (BRASIL, 2008).

No entanto, essa ideia da descentralização só viria a transparecer de fato nos primeiros governos pós Constituição Federal, principalmente na década de 1990, como forma de integrar a administração pública e a política de participação comunitária, no qual implantariam experiências de sucesso nas gestões municipais, como por exemplo, o Orçamento Participativo (OP), mecanismo governamental de democracia, que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre o direcionamento de orçamentos públicos, que na maioria da vezes são recursos de investimentos destinados a prefeituras, onde os resultados consistem na elaboração e implantação de obras de infraestrutura no âmbito municipal (MINGHELLI, 2005; PIRES, 2011; CRAVEIRO et al., 2021).

É válido ressaltar, que esta nova proposta de descentralização tinha alguns desafios, especialmente, para sua coordenação, tendo como solução a criação de sistemas nacionais de políticas, essenciais para o conhecimento da realidade do país, além de fornecer informações, que resultariam em soluções mais enérgicas em problemas de saúde nacional, como é o caso do Sistema Único de Saúde (SUS) e Cadastro Único (principal porta de entrada para programas de auxílio socioeconômico), que reúne estas importantes proposições, já que delibera subsídios que auxilia a gestão pública federal a fomentar e desenvolver ações mais direcionadas às dificuldades de momento, da mesma forma, que pode auxiliar na administração de

estados e municípios (OLIVEIRA, 2005; BENEDITO et al., 2013).

Esta visão de aproximar o poder político frente à sociedade civil, rompeu com a tradição hierárquica administrativa do Estado (BRASIL, 2008), que na maioria das vezes ocorrem de cima para baixo (centralidade), não refletindo de fato os anseios das comunidades, principalmente na identificação e resolução de problemas sociais, sendo umas das dificuldades enfrentadas por municípios, principalmente os pequenos, já que a maioria das políticas públicas são elaboradas e deliberadas de acordo com a realidade de grandes cidades brasileiras, devido à falta de uma intersetorialidade (articulação de saberes e experiências), ou seja uma análise fragmentada do espaço social (OLIVEIRA, 2004; NASCIMENTO, 2010; BRYNER, 2010).

Outro problema enfrentado na elaboração e aplicação de políticas públicas é a hierarquia, principalmente, frente a intersetorialidade (que envolve diversos territórios) por esta resultar na subordinação de ações, sendo entendida aqui como uma relação de dependência entre os agentes públicos administrativos, essencial para a efetivação da subdivisão de áreas dos setores administrativos (OLIVEIRA, 2004; GRAU, 2014).

A hierarquia também pode vir a prejudicar a elaboração e aplicação de qualquer política pública, simplesmente pelo fato de impor uma visão única sobre determinado assunto ou problema, sem levar em consideração aos conhecimentos e informações de seus subordinados, ou seja, seus colaboradores, que igualmente fazem parte deste processo administrativo, apesar da importância das regras e responsabilidades do agente superior responsável, que detém a decisão final (BARAT, 2002; SANTOS et al., 2021).

Outras dificuldades enfrentadas pelos municípios, especialmente os pequenos, são as questões administrativas (que deve ter profissionais qualificados), legislativas (formulação de leis) e financeiras (recursos necessários para criação e aplicação de leis), sendo umas das principais deficiências, já que os recursos são muito limitados. Isso sem mencionar, que ainda será necessário identificar e solucionar as possíveis falhas na execução das políticas públicas (que deve acontecer por meio de um monitoramento), que comumente ocorrem pela falta de atenção no cumprimento das responsabilidades técnicas operacionais aderidas no planejamento de ações (BARAT, 2002; SANTOS et al., 2021).

Barat (2002) ainda ressalta que a metodologia de formulação de políticas públicas é algo que deve ser dinâmico, apesar de existir algumas peças-chave em comum na sua preparação, que estarão presentes nos esforços de planejamento destas políticas. Nesse sentido, a política pública deve ter um ciclo deliberativo, contendo vários estágios, além de compor um processo dinâmico e de aprendizado. Dentre os estágios, citam-se: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação, avaliação e monitoramento. A definição de agenda, é geralmente formulada com a influência dos meios de comunicação sobre o público, com base nas notícias de destaque (agenda setting) em determinada sociedade, fazendo com que haja questionamentos sobre a entrada ou saídas de questões (problemas) públicas na agenda política (OLIVEIRA, 2004; BRYNER, 2010).

METODOLOGIA

Foi utilizada na pesquisa uma abordagem quanti-qualitativa com a premissa de conhecer a dinâmica

da gestão municipal, além dos métodos de abordagens: exploratória, descritiva, documental, bibliográfica e pesquisa de campo, que segundo Gil (2002) direciona as análises para a familiaridade com o problema e aprimora ideias, possibilitando descrever as características da população ou fenômeno.

Os resultados foram obtidos mediante a análise de conteúdo, que consiste em obter informações de forma sistemática, além de descrever o conteúdo dos elementos adquiridos, permitindo a inferência de conhecimento relativo às condições de produção e recepção das informações (BARDIN, 2010). As visitas de campo aconteceram de forma sistemática, que consistiu também em entrevistas por meio de formulários (semiestruturadas) junto à população local, além de registros na realização das ações (LAKATOS et al., 2001).

Para a aplicação dos formulários utilizou-se a técnica de “Rapport” proposto por Albuquerque et al. (2004), na qual o pesquisador apresenta-se na casa dos informantes e familiariza-se com a comunidade afim de ganhar a confiança dos mesmos. Antes da aplicação dos formulários foi exposto a importância da pesquisa.

Foram aplicados 570 formulários durante o período de maio a setembro de 2019, que cobriu toda a sede e as comunidades rurais, principalmente informantes de representatividade na comunidade, como por exemplo, presidente de cooperativas e associações de artesãos, marisqueiras, dentre outros, com idade superior a 18 anos, apresentados ao pesquisador pelo secretário de Turismo e Meio Ambiente. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí – UFPI, de acordo com o parecer nº 2.725.597.

Para se chegar na amostra de 570 participantes, foi realizado um cálculo padrão no qual considera um universo finito menor que 100 mil unidades e se apresenta assim (RICHARDSON, 1985):

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{E^2(N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q} = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 6525}{4^2(6525-1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50} = \frac{65250000}{16 \cdot (6524) + 10000} = \frac{65250000}{114384} = 570,44 = 570$$

Em que: N = Amostra σ = Sigma (erro padrão) p = percentual (pesquisa) q = complementar para 100 E = erros percentuais.

Os formulários contiveram 47 questões, sendo 50 fechadas de múltipla escolha e 32 abertas (discursivas), abordando temas relacionados a idade, escolaridade, (dados sociais); dados socioeconômicos, como por exemplo, profissão, renda mensal, moradia, saneamento básico, dentre outros; culturais; e temas ambientais, tais como a preocupação das comunidades com o meio ambiente e sua conservação (dados ambientais), dentre outras.

Durante as entrevistas individuais evitou-se qualquer interrupção ou influência direta de outras pessoas no momento da entrevista afim de obter dados fidedignos. Os dados foram organizados e tabulados utilizando o software Excel 2019, posteriormente realizou-se a análise descritiva dos resultados, além da construção de gráficos.

Além disso, foi utilizado dados secundários, como livros e periódicos com a intenção de auxiliar no estudo, assim como, documentos municipais (Plano Diretor e Estatuto da Cidade) devido ao caráter interdisciplinar da pesquisa e de outras instâncias de poder (estadual e federal), como por exemplo, políticas públicas estaduais e federais direcionadas a gestão do município (DENCKER, 1998).

Foi utilizado como parâmetro o método indutivo, que procurou seguir uma sequência lógica na consecução do objetivo (método científico) do estudo, por meio da inferência de informações ou premissas particulares (geralmente empírica) para se chegar numa verdade universal ou conclusão geral (APPOLINÁRIO, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A faixa etária dos entrevistados foi de 18 a 82 anos, com a maioria de 40 a 59 anos (37%), de 25 a 39 anos 34%, 18 a 24 16% e 13% de 60 a 82 anos, sendo o gênero masculino representado por 51% e feminino por 49%. Esses resultados vão ao encontro dos números do IBGE, onde a presença do sexo masculino constitui-se por 51,1% da população do município de Ilha Grande e, 48,9% representa o sexo feminino. Os números demonstram que o município de Ilha Grande apresenta um alto índice (87%) de jovens e adultos em sociedade, havendo assim a necessidade de planejamento público de médio a longo prazo, com a implementação de políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida (interesses públicos), como a construção de escolas, hospitais, postos de saúde, áreas de recreação, segurança, dentre outras (SILVA et al., 2013; TONI, 2021).

Quanto à escolaridade, a maioria (37%) dos entrevistados possui o ensino fundamental incompleto, 27% o ensino médio completo, 13% possuem o ensino médio incompleto, 7% o fundamental completo, 7% outras formas de escolaridade (como o ensino a distância, por exemplo). Apenas 4% possui o superior completo, 2% superior incompleto, os demais, 3% estão divididos igualmente em pós-graduação completo, incompleto e não respondeu (Figura 2).

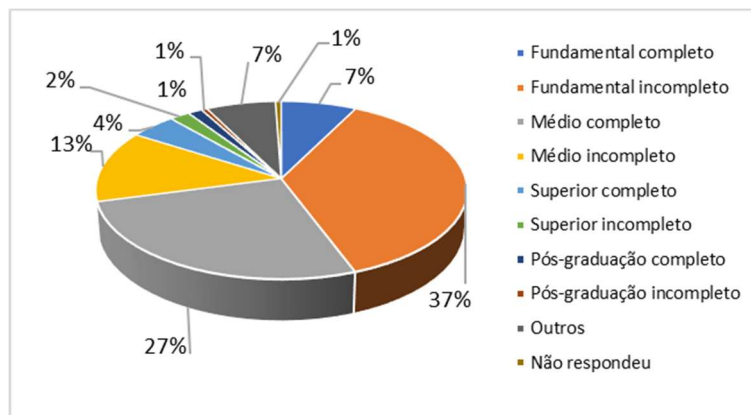


Figura 2: Escolaridade dos entrevistados do município de Ilha Grande, Piauí.

O alto índice do ensino fundamental e médio incompleto (juntos somam 50%) e sem escolaridade (8%) pode estar associado à necessidade de busca por empregos, já que a maioria (31,71%) vive da pesca, ou pela escassez falta de escolas em nível de ensino médio, e por isto são praticamente obrigados a se deslocarem para outros municípios, dificultando então a continuação dos estudos (ARAÚJO et al., 2009; MEIRELES et al., 2017; SOUZA et al., 2021).

Este fato, torna-se preocupante, pois sem a escolaridade mínima exigida é praticamente impossível de se ter uma sociedade bem esclarecida e que exerça sua cidadania. Cabe aos gestores públicos a elaboração

de ações públicas que eliminem ou minimizem o problema no Município e gestão mais participativa, já que a educação é um dos pilares de desenvolvimento de qualquer território e deve ser contínua (SANTOS et al., 2019). Também se faz necessário a aplicação de políticas públicas que aumente a capacidade de atendimento deste público ou até mesmo a ampliação de outras já existentes, como é o caso do Bolsa Família, que estimula os pais a colocarem seus filhos na escola (CAPOBIANGO et al., 2013). No município existem 1.557 alunos matriculados no ensino fundamental e 405 no ensino médio. Já em relação aos docentes do ensino fundamental e médio, Ilha Grande possuía o total de 84 e 31 educadores, respectivamente.

Em relação à renda dos entrevistados, 36% recebem de 500 até 998 reais por mês, 29% até 499 reais, 9% acima de 999,00 reais, 7% recebe mais de 1.497,00 reais e 19% dos entrevistados não souberam responder. É possível afirmar que 65% (de 0 a 998 reais) dos entrevistados ganham menos de 1.000 reais por mês. Na perspectiva do IBGE, em relação ao ganho domiciliar por pessoa, foi verificado que 53,1% da população total possui rendimento de apenas meio salário mínimo até o ano de 2020. Esta situação demonstra a fragilidade socioeconômica (poder de compra) destes indivíduos diante da realidade local, além de corroborar incidência de pobreza de 64,61%, pois a maioria sobrevive da pesca artesanal e, precisam ao mesmo tempo de uma renda complementar, tais como artesanato, agricultura, dentre outros (MEIRELES et al., 2017).

Dentro dessa perspectiva, foi possível verificar ainda que o município de Ilha Grande possui uma renda per capita (PIB) de R\$ 8.092,28, tendo seu percentual das receitas provenientes de fontes externas, principalmente do Governo Federal, ou seja, 91,2% destas (BRASIL, 2020). Em comparação com a renda per capita de outros municípios do Brasil e do próprio estado do Piauí, Ilha Grande ocupa as posições 5025 de 5570 e 162 de 224 respectivamente. O município apresenta o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,563 (quanto mais próximo de 1 melhor é o desenvolvimento humano, que varia de 0 a 1) índice que está acima da média e, leva em consideração a longevidade, escolaridade e renda da população (BRASIL, 2020).

Em relação as fontes externas do município, estas podem ser caracterizadas pelos auxílios do Governo Federal à população local, em que a maioria (55%) dos entrevistados responderam que ‘sim’, que recebem alguma ajuda do governo, 46% respondeu que ‘não’ recebe nenhum auxílio e 1% ‘não respondeu’. Este auxílio fica caracterizado com o recebimento do Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família), com o valor de 400 reais por pessoa (2021), variando de acordo com a quantidade de crianças na escola. Além desse, outro benefício identificado com a pesquisa foi o Seguro Defeso, que é uma assistência governamental que se dá aos pescadores no período de novembro a fevereiro, quando ocorre a Piracema (reprodução de peixes), chegando ao valor de um salário mínimo, que atualmente está 1212 reais (BRASIL, 2020).

A maioria (44,94) da população trabalha com pesca, seguida de 34,82 com a atividade turística e serviços públicos, 8,10% com comércio, 5,26% com a agricultura, os que não trabalham ou estão desempregados são 3,64%, 2,02% com a pecuária, 0,81% com extrativismo vegetal e pensionista e não souberam responder com 0,40% (Figura 3).

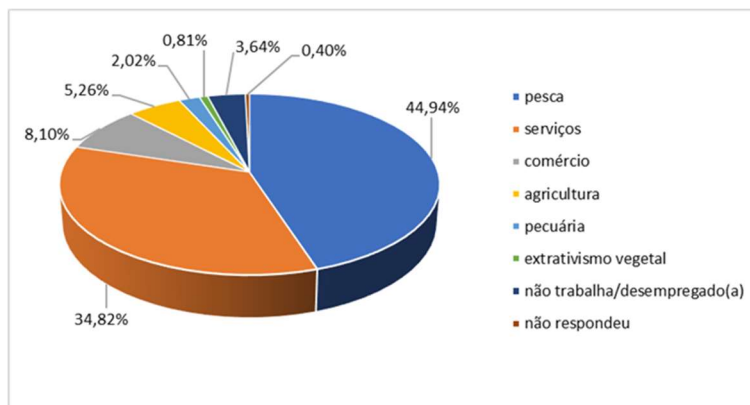


Figura 3: Categorias de Profissões do município de Ilha Grande, Piauí.

Os resultados acima demonstram que a maioria das pessoas (principalmente entre os homens das comunidades) sobrevivem das condições naturais existentes no município, principalmente do ambiente aquático (rios, igarapés e mar) com a pesca de peixes, camarões, arraias, dentro outros, além da cata de crustáceos, como caranguejo e mariscos, por exemplo, o que demonstra a importância socioeconômica territorial do Delta do Parnaíba tanto para o estado do Piauí e seus municípios como para o Maranhão (FARIAS et al., 2015; MEIRELES et al., 2017; NASCIMENTO et al., 2020).

As moradias de Ilha Grande caracterizam-se como própria para 88% dos entrevistados, 5% alugada, 4% responderam de outras formas (emprestada, por exemplo), 2% foi herdada e 1% doada. Em relação as estruturas dos imóveis, estas apresentam uma cobertura por telhas para 98%, 1% com palha e 1% com amianto.

No caso das paredes dos imóveis, estas apresentam estruturas de tijolos para 95%, 4% taipas e 1% ocorre de outras formas (madeiras). Já em relação ao piso destas moradias 58% caracterizam-se por ter o revestimento de cerâmica, 37% piso de cimento e 5% de barro. Apesar da maioria dos habitantes ter casa própria com tijolos e cobertura de telhas, fica evidente a precariedade de muitas habitações, pois muitas ainda são cobertas por palhas e amianto, têm paredes de taipas e pisos de cimento e barro. Esta realidade termina corroborando com a infraestrutura do município, tanto urbana (especialmente na periferia) como rural com um todo, pela falta de acesso à programas de moradia digna e, conseqüentemente, ao acesso a serviços de infraestrutura, sendo um desafio a gestão municipal e do Estado no processo de planejamento (GUIMARÃES et al., 2013; PEREIRA et al., 2022).

Em relação a infraestrutura do município, foi investigado o destino dos dejetos humanos. Conforme os entrevistados, estes resíduos, na sua maioria, vão para 'fossa séptica' (76%), para a rede de esgotamento (14%), são despejados a 'céu aberto' (7%) e para 3% ocorrem de outras formas como valas e quintais. Dentro dessa perspectiva, é possível afirmar que há uma gestão ineficiente para a coleta correta dos dejetos humanos. Também é importante destacar que o resultado obtido neste estudo (14%) foi superior ao do IBGE (4,4%), de acordo com a realização do último censo em 2010. Isso ocorreu devido a ampliação do sistema sanitário de esgotamento nos últimos anos, que foi ampliada por meio do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC que beneficiou mais de 1,8 mil famílias (ESTRADA et al., 2014; CHAGAS, 2017).

No caso do abastecimento de água, a pesquisa mostra que 83% dos domicílios contam com o sistema

de água encanada e tratada, 8% abastece diretamente do rio ou igarapés existentes no município, 5% de poços, 3% de outras formas (lagoas, por exemplo), e 1% por meio de cisternas. Infelizmente, o sistema de abastecimento adequado de água ainda não alcança todos os moradores, principalmente os que estão na zona rural, assim limitando este recurso natural ao consumo humano (LIMA, 2017).

Também foi investigada a existência de coleta de lixo nas comunidades, situação que está diretamente ligada a qualidade da água, bem como do solo e seu equilíbrio ambiental. Do total indagado, 76% responderam que ‘sim’ que existe coleta destes resíduos e 24% contrapôs dizendo que ‘não’. Apesar da porcentagem positiva elevada, ainda existe uma parcela significativa da população que não recebe este serviço básico. Aos que responderam ‘sim’ ainda foi questionado a frequência desta coleta. A ausência desse serviço torna potencial a poluição de diversos ambientes através do descarte irregular dos resíduos pois tem como destino o próprio solo e mananciais e estuários (sem nenhum tipo de cuidados) (VIEIRA et al., 2011; SEVERO et al., 2018).

Foi questionado ainda aos entrevistados sobre a destinação final dos resíduos sólidos. Na sua maioria absoluta, 91% responderam que o lixo vai para um ‘lixão a céu aberto’, isso demonstra que os respondentes conhecem a realidade do município sobre a acomodação final dos resíduos, já que existe de fato um lixão, ou seja, um local inadequado para sua destinação, onde a contaminação do solo e subsolo é frequente. Esta situação vai ao encontro da maioria dos municípios brasileiros (3.326), dos quais destinam os resíduos sólidos gerados de forma incorreta, correspondendo assim 59,7% dos municípios (ABRELPE, 2016). Para 6% a destinação final ocorre no aterro sanitário, 2% isso acontece em outros locais e 1% não soube responder.

A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e direciona os agentes públicos e privados sobre a melhor forma de tratamento aos resíduos sólidos (BRASIL, 2010). Esta também está ligada à Legislação Ambiental e discorre seus direcionamentos no seu artigo 1º: “dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis” (BRASIL, 2010; MAIA et al., 2014). Além disso, esta lei determina a eliminação dos lixões a céu aberto em todo o país, com a construção de aterros sanitários e a gestão integrada de resíduos sólidos (especialmente para os pequenos municípios por causa da baixa disponibilidade orçamentária), que infelizmente ainda não foi cumprida na sua penúltima atualização (julho de 2018), sendo prorrogada novamente o prazo para que todos os municípios do país se adequem a norma até o final de 2024 (MAIELLO et al., 2018; BRASIL, 2020).

Uma outra solução para este problema, do acúmulo de resíduos no lixão a céu aberto, seria a implantação da coleta seletiva (FIGUEIREDO et al., 2020), que juntamente com a implantação de aterros sanitários são fatores chaves para o destino correto do lixo. Nesse sentido, foi perguntado sobre o conhecimento destas pessoas sobre a coleta seletiva. A maioria, 64% dos entrevistados, respondeu que têm conhecimento deste método, 29% disseram que ‘não’ conhecem e 7% não souberam responder.

A implantação da coleta seletiva (quando os resíduos são encaminhados para a reciclagem) também é destacada na Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como as responsabilidades dos geradores de

produtos, no caso as empresas privadas, que devem providenciar mecanismos que garantam o reaproveitamento e rotatividade dos resíduos descartados (BRAGA, 2003). No caso da gestão pública, é direcionada a ela tornar viável a gestão dos resíduos sólidos oferecendo estrutura básica que auxilie neste processo de desenvolvimento e gerenciamento, de forma sustentável do lixo descartado nos ambientes, dando assim, providências quanto ao armazenamento, manejo e disposição final adequada destes resíduos (BRASIL, 2010; MAIA et al., 2014).

Ainda sobre a questão de infraestrutura, foi investigado as condições do abastecimento de energia elétrica, que é importante para a sociedade, assim como para o desenvolvimento das atividades econômicas do município. Nesse sentido, apurou-se que 96% dos entrevistados possuem energia elétrica em suas casas ou comércios e apenas 4% ainda não fazem uso deste serviço (pela falta de continuidade de investimentos municipais) tão importante no século XXI. Dentro desta perspectiva, é apropriado relatar a existência de uma norma, que pode auxiliar na resolução da falta de energia, como no caso do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos (LPT), que foi prorrogada até o final de 2022 pelo Decreto nº 9.357.

Agora voltando-se para as questões socioambientais e turísticas, o município de Ilha Grande fica localizado dentro de uma grande Área de Proteção Ambiental – APA Delta do Parnaíba, criada em agosto de 1996 pelo Decreto s/n de 28/08/1996. Possui área territorial de 307.590, 51 hectares, distribuída três estados (Piauí, Ceará e Maranhão) do Nordeste Brasileiro, além de todo o litoral piauiense (BRASIL, 2020). É importante ainda destacar, que a APA abrange dez municípios destes estados: Araiozes, Paulino Neves, Tutoia e Água Doce no Maranhão; Barroquinha e Chaval no Ceará; e Parnaíba, Luís Correia, Cajueiro da Praia e Ilha Grande no estado do Piauí (BRASIL, 2020).

Quem visita à região do Delta do Parnaíba, pode encontrar diversas comunidades tradicionais (grupo culturalmente diferenciados), sendo uma experiência singular em cada uma delas (BRASIL, 2020). Nestas comunidades, pode-se conhecer e vivenciar modos de vidas tradicionais e seus costumes (Figura 4), que também estão presentes no município de Ilha Grande, como por exemplo, grupos de pescadores (que praticam pesca artesanal), catadores de caranguejo, catadores de mariscos, artesãos, dentro outros, que vivem de acordo com suas tradições respeitando e integrando, de forma harmoniosa, com a natureza, que pode ser inserido como produto turístico (ecoturismo, turismo de natureza ou turismo comunitário) (MACHADO JÚNIOR et al., 2016; MEIRELES et al., 2017).

Devido as riquezas culturais, estas comunidades, possuem grande vocação turística, por causa da peculiaridade das vivências que proporcionam o contato direto com a natureza e costumes destas comunidades (BRASIL, 2020). Em virtude disso, a região abriga alguns equipamentos que auxiliam a vinda de turistas, como por exemplo, hotéis, pousadas e restaurantes, onde são servidas comidas típicas, ideal para pessoas interessadas na atividade turística. O município de Ilha Grande possui somente cinco pousadas, três no bairro Tatus, uma no Baixão e uma no Centro. Esta última é uma pousada comunitária ligada a Colônia de Pescadores Z-07, que até antes da pandemia pela Covid-19, funcionava atendendo aos turistas.

O surgimento da pousada comunitária demonstra a importância da inclusão da sociedade local no

fomento e desenvolvimento da atividade turística (além da organização desta comunidade pesqueira), onde a população pode ter uma maior participação no processo decisório das estratégias socioeconômicas municipal, assim, tendo no turismo uma fonte de renda alternativa. Apesar da estrutura apresentada, o número de equipamentos de hospedagens até 2020 não ultrapassava três, quantidade que não é suficiente para atender a demanda turística, tendo que buscar estas hospedagens em outros municípios, principalmente o município de Parnaíba (ROCHA et al., 2018; BRAGA et al., 2021).



Figura 4: Grupos tradicionais presentes no Município de Ilha Grande, Piauí. A – Renda de Bilro. B – Catador de Caranguejo. C – Grupo de Marisqueiras. D – Pescador de Camarão (armadilha para pegar camarão/Jequi).

De acordo com as potencialidades, em termos ambientais, pode-se destacar os biomas presentes no município são cerrado e caatinga, além do sistema costeiro-marinho, dentre eles o mangue (IBGE, 2011). Este sistema costeiro apresenta-se diferenciado por possuir duas formações geológicas recentes (áreas formadas por quartzo, resultado do recuo do mar no Período Quaternário, além de áreas sobre formação de barreiras do período Terciário/Quaternário), fatores esses que diferenciam o litoral piauiense dos demais do nordeste brasileiro (SANTOS FILHO et al., 2010).

Outro sistema natural presente APA Delta do Parnaíba, bem como, no município de Ilha Grande são os campos de dunas, que estão distribuídas em várias formas e tamanhos, além de se caracterizarem em dunas moveis e fixas. Estas têm importantes funções ambientais de barrar o avanço do mar, impedir a entrada de água salgada nos lençóis freáticos, assim como proteger as áreas vizinhas do risco de erosões, sejam estas no litoral ou próximas a leitos de rios ou igarapés (BRASIL, 2020; SOUZA et al., 2021).

Na sua totalidade, as dunas ocupam no município uma área de 60,37 km², representando assim 40,20% do território. Deste total, 33,63% são dunas fixas (54,17 km²), já as dunas móveis representam 5,69% e 3,87% são compostas por interdunas (superfície quase plana presente entre as duas) (ILHA GRANDE, 2008; MACAMBIRA et al., 2019).

É importante frisar, que este sistema de dunas vem provocando problemas em algumas comunidades de Ilha Grande (Figura 5), principalmente na sede do município, mais precisamente nas comunidades de Cal, Baixão e Tatus, além de algumas comunidades rurais, onde até casas já foram soterradas, fazendo com que várias pessoas se deslocassem para outras localidades, devido o avanço das dunas. Este avanço também acontece por causa do desmatamento, queimadas e pela falta de delimitações de áreas para uso turísticos, devido ao fluxo crescente de visitação de turistas no espaço dunar, como foi relatado por 41% dos

entrevistados.



Figura 5: Dunas avançando sobre o Bairro Tatus na cidade de Ilha Grande.

Além do processo natural de movimentação das dunas pelo agente eólico, o avanço das dunas também ocorre, pelas ações antrópicas, que vão desde a eliminação da vegetação local (degradação ambiental) a ocupação irregular do solo, sendo portanto necessária a aplicação de políticas públicas que avalie e gerencie toda essa dinâmica e/ou desenvolvimento das atividades turística presente no município, pois caso não aconteça de forma organizada e planejada, pode comprometer o ecossistema local e vivência da comunidade (CAVALCANTI et al., 2007; FROTA, 2017; MACAMBIRA et al., 2019).

No município também é presente o sistema de manguezal, que é peculiar de áreas tropicais e subtropicais associados às margens de enseadas, baías, barras e no desemboque de rios no mar, além de ser um 'berçário' natural para diversas espécies animais e outros vegetais (FARIAS et al., 2015). As espécies presentes no mangue são: o mangue-vermelho (*Rhizophora mangle* L.) com suas raízes aéreas; mangue-siriba (*Avicennia Germinans* (L.) L.) o mais comum na região e; mangue manso/branco (*Laguncularia racemosa* (L.) C. F. Gaertn) que são mais presentes nas margens de rios e igarapés da região (FARIAS et al., 2015). Há ainda outras espécies que ocorrem na região nas faixas de menor salinidade, à medida que esta vegetação avança rio acima, tais como: o mangue de botão (*Conocarpus erectus*), o avencão (*Acrostichum aureum*) e o algodão da Praia (*Hibiscus tiliaceus*) (ARAÚJO et al., 2018; PEREIRA et al., 2021).

Todos esses ecossistemas, demonstram a riqueza natural do município de Ilha Grande (dados socioambientais) que precisam ser conhecidos pela sociedade civil e, principalmente, pela gestão pública, assim como, os demais dados socioeconômicos e socioculturais apresentados, com o intuito de vencer os diversos desafios da gestão pública local, especialmente, por ser um pequeno município e ter restrições orçamentárias, que apresenta alguns problemas ambientais, relatados na pesquisa. Estes problemas, devem também ser uma máxima da gestão públicas, apesar de 61% dos entrevistados não acreditar na preocupação da administração municipal com o meio ambiente como deveria, tendo como possível consequência a interferência na qualidade de vida de toda a comunidade.

CONCLUSÕES

Com o desenvolvimento dessa pesquisa, foi possível conhecer características do município de Ilha Grande, que certamente poderá auxiliar a gestão pública na fomentação e aplicação de políticas públicas, apesar dos desafios presentes no município, especialmente, na conquista de recursos financeiros, que na maioria das vezes vêm do Governo Federal e Estadual. Por isso, é importante incluir nestes desafios de gestão

a iniciativa privada com parcerias, para dar vazão a novos atos políticos administrativos que beneficiem por meio da elaboração e implementação de políticas públicas.

É preciso estreitar diálogos com instituições responsáveis pela conservação e preservação do meio ambiente, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), já que o município encontra-se dentro de uma Área de Proteção Ambiental – APA Delta do Parnaíba, que foi implantada com a finalidade de proteger a diversidade biológica e garantir a sustentabilidade dos bens naturais diante da sociedade presente no delta como no próprio município de Ilha Grande.

As ações municipais devem estar em consonância com o ‘tripé’ do desenvolvimento sustentável, que oportunizam o incremento social, econômico e ambiental, assim como, o desenvolvimento de qualquer atividade econômica, como o turismo, por exemplo, que está em constante crescimento no município, bem como nas demais áreas da APA Delta do Parnaíba, dessa forma, garantindo a proteção e conservação do meio ambiente e, conseqüentemente o bem-estar das comunidades locais.

Por se tratar de uma área de grande potencial, toda e qualquer atividade tem que ser pensada com planejamento e responsabilidade, principalmente, em relação a atividade turística, que necessita do ecossistema de forma saudável, além de infraestrutura adequada que atenda, tanto a sociedade local, quanto aos turistas. Por outro lado, sua exploração inadequada pode trazer danos ao meio ambiente e, conseqüentemente, prejudicar as comunidades locais. Por isso, é importante o engajamento da gestão pública, principal responsável pelos direcionamentos e ações no que diz respeito ao município, que deve estar em conformidade com os anseios da coletividade e das diretrizes de conservação e proteção do meio ambiente.

Apesar dos desafios, especialmente econômicos, é possível realizar um gerenciamento mais racional destes recursos, principalmente, quando se tem conhecimento da realidade local, assim como, suas singularidades e anseios estruturais de cada uma delas, sem menosprezar suas tradições e muito menos os cuidados de conservação e preservação dos ecossistemas presentes no município, para que não aconteça a degradação ambiental, que poderá levar a conseqüências, muitas vezes irreversíveis, que pode ser feito por meio da elaboração de políticas públicas mais direcionadas ou a aplicação/ampliação das políticas já existentes.

Ao passo que, isso só será possível quando acontecer a implementação de iniciativas que contemplem os interesses coletivos (com a realização de consulta popular), tendo assim mais participação, que também deve contar com a iniciativa privada, para que a administração pública municipal possa maximizar (recursos existentes) e desenvolver um modelo de gestão, que proporcione um novo paradigma de desenvolvimento que de fato seja sustentável. Afastando assim, a simples ideia de gestão sem a elaboração/aplicação de políticas públicas que realmente atenda os anseios da sociedade e que, ao mesmo tempo, promova a manutenção dos bens naturais, fatores esses que garantem uma boa e plausível gerência públicas quando executadas, apesar dos desafios impostos, especialmente aos pequenos municípios, como é o caso de Ilha Grande no estado do Piauí.

REFERÊNCIAS

- ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. ABRELPE, 2016.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.. Métodos e técnicas para a coleta de dados. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife: Livro Rápido/NUPEEA, 2004.
- ALCÂNTARA, J. P.. A Formulação de Políticas Públicas e a Instrumentalização Necessária para sua Implementação e Acompanhamento. **Revista Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança**, Curitiba, v.4, n.1, p.65-100, 2021.
- APPOLINÁRIO, F.. **Dicionário de Metodologia Científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ARAÚJO, A. R. R.; SILVA, F. D.; SANTANA, R. F.; LOPES, D. F. C.. Gestão da Pesca de Mytella Charruana (D'ORBIGNY, 1846) no Litoral do Estado de Sergipe: indicadores de sustentabilidade. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, n.2, p.56-72, 2009. DOI: <http://doi.org/10.18817/repesca.v4i2.237>
- ARAÚJO, L.; SILVA, M. F. S.; GOMES, D. N.; SOUSA, M. B.. Structure of a Disturbed Mangrove in the Rio Parnaíba Delta, Piauí, Northeast Brazil. **Revista Feddes Repertorium**, Berlim, v.129, n.2, p.75-91, 2018. DOI: <http://doi.org/10.1002/fedr.201700017>
- BARAT, J.. O Estado Brasileiro como Refém das Políticas de Curto Prazo. **Revista da Fundação de Desenvolvimento Administrativo**, São Paulo, v.14, n.22, p.62-69, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: ed. 70, 2010.
- BENEDITO, A.; MENESES, D. F. N.. Políticas Públicas de Inclusão Social: o papel das empresas. **Revista Ética e Filosofia Política**, Juiz de Fora, v.1, n.16, p.57-76, 2013.
- BRAGA, R. A.. O Impacto dos Resíduos Sólidos. In: BRAGA, R, A.; GRABHER C.; LAHÓZ C. C. F.; GOTARDI, K. R.. **Educação Ambiental para a Gestão dos Recursos Hídricos**. Livro de Orientação ao Educador. Americana: Consórcio PCI, 2003.
- BRAGA, S. S.; GUZZI, A.. Organização Espacial da Atividade Turística no Litoral Piauiense. **Revista Mercator**, Fortaleza, v.20, e20024, 2021. DOI: <http://doi.org/10.4215/rm2021.e20024>
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: textos constitucionais promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília: Senado Federal, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 9.357, de 27 de abril de 2018**. Altera o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – ‘Luz para Todos’. Brasília: DOU, 2018.
- BRASIL. **Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020**.
- Marco Legal do Saneamento Básico. Brasília: DOU, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Brasília: Câmara dos deputados, 2010.
- BRYNER, G. C.. Organizações públicas e políticas públicas. In: PETERS, G. B.; PEERRE, J.. **Administração Pública**: coletânea. São Paulo: Unesp, 2010.
- CAPOBIANGO, R. P.; NASCIMENTO, A. L.; SILVA, E. A.; FARONI, W.. Reformas Administrativas no Brasil: Uma abordagem teórica e crítica. **Revista de Gestão – REGE**, São Paulo, v.20, n.1, p.61-78, 2013. DOI: <http://doi.org/10.5700/rege487>
- CASTELAR, A.. O Brasil Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento? In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A.. **Sociedade e Economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009.
- CAVALCANTI, A. P. B.; VIADANA, A. G.. Estudos das Unidades Paisagísticas Costeiras do Estado do Piauí: potencialidades e limitações antropogênicas. **Revista CLIMEP: Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro, v.2, n.1, p.110-127, 2007.
- CAVALCANTI, B. S.; RUEDIGIR, M. A.; SOBREIRA, R.. **Desenvolvimento e construção nacional**: políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- CHAGAS, P. B.. Desenvolvimento e Contradição: reflexos do programa de aceleração do crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS). **Revista Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v.4, n.9, p.81-147, 2017.
- CRAVEIRO, A. H.; ESTEVINHO, T. A. D.. Reforma do Estado e Descentralização no Governo de Mato Grosso (1995-1998). **Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas – POLITI(K)COM**, Tangará da Serra, v.1, n.1, p.54-67, 2021.
- D'ALBUQUERQUE, R. W.; PALOTTI, P. L. M.. Federalismo e Execução dos Serviços Públicos de Atendimento do Governo Federal: a experiência brasileira nas políticas sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.35, e232504, p.1-43, 2021. DOI: <http://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.232504>
- DENALDI, R.; LEITÃO, K.; ZIONI, S.. Nota técnica: Infraestrutura e desenvolvimento urbano. In: ARAÚJO, T. B.. **Estudo ‘Trajetórias do Brasil frente aos compromissos assumidos pelo Governo Lula 2003-2009, Dimensão Melhoria da Qualidade de Vida’**. Brasília: CGEE, 2010.
- DENCKER, A. F. M.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 8 ed. São Paulo: Futura, 1998.
- ESTRADA, E. M.; ORTEGA, A. C.. A Reforma da PAC para o Período 2014-2020: uma aposta no desenvolvimento territorial. **Revista de Economia e Sociologia Rural-RESR**, Brasília, v.52, n.4, p.687-704, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000400004>
- FARIAS, A. C. S.; FONTELES FILHO, A. A.; IVO, C. T. C.;

FERNANDES, C. A. F.; CUNHA, F. E. A.. **Cadeia Produtiva da Pesca no Interior do Delta do Parnaíba e Área Marinha Adjacente**. Fortaleza: RDS, 2015.

FIGUEIREDO, F. F.; BASTOS, V. P.; MENESES, C. G. R.. Uma década da Política Nacional de Resíduos Sólidos: o que mudou? **Revista Ciências da Sociedade**, Santarém, v.4, n.8, p.30-42, 2020. DOI: <http://doi.org/10.30810/rcs.v4i8.1480>

FIRMINO, I. K. S.. Neoliberalismo: escola como reprodutora das desigualdades. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v.47, n.1, p.218-233, 2022. DOI: <http://doi.org/10.5216/ia.v47i1.70661>

FROTA, J. C. O.. **Potencial de expansão urbana na planície costeira do Estado do Piauí**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAU, N. C.. La Intersectorialidad en las Nuevas Políticas Sociales un Acercamiento Analítico-Conceptual. **Revista Gestión y Política Pública**, Lomas de Santa Fé, v.23, n.1, p.5-46, 2014.

GUIMARÃES, E. P.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C.. Os Reflexos da Urbanização do Campo nos Modos de Moradias das Famílias Residentes na Zona Rural do Município de Araponga, MG. **Revista OIKOS: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v.24, n.2, p.163-184, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, RJ. ISSN – 1676-4935 (CD-ROM). IBGE, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes. **Indicadores IBGE**. Brasília: IBGE, 2010.

ILHA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Participativo de Ilha Grande, Piauí**. Relatório Final. Diagnóstico e Prognóstico. Ilha Grande: Ilha Grande, 2008.

KLINK, J.; ROLNIK, R.. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano. In: **Novos Estudos CEBRAP**, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, I. M. M. F.. Hidrografia do Estado do Piauí, Disponibilidade e Usos da Água. In: AQUINO, C. M. S. A.; SANTOS, F. A.. **Recursos Hídricos do Estado do Piauí**: fundamentos de gestão e estudos de casos em bacias hidrográficas do centro-norte piauiense. Teresina: EDUFPI, 2017.

MACAMBIRA, D. M.; SOUSA, K. A. S.; SILVA, E. G. A.. Análise Empírica do Problema das Dunas em Ilha Grande – Piauí. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v.8, n.4, p.80-109, 2019.

MACHADO JÚNIOR, J. A. S.; MACEDO, J. P.. A Relação do Turismo no Delta do Parnaíba com Comunidades Locais. **Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus, v.10, n.1, 2016.

MAIA, H. J. L.; ALENCAR, L. D.; BARBOSA, E. M.; BARBOSA, M. F. N.. Política Nacional de Resíduos Sólidos: um marco na legislação ambiental brasileira. **Revista Polêmica**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, 2014. DOI: <http://doi.org/10.12957/polemica.2014.9636>

MAIELLO, A.; BRITTO, A. L. N. P.; VALLE, T. F.. Implementação da política nacional de resíduos sólidos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.52, n.1, p.24-51, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612155117>

MARSON, M. D.. A Industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1900-1920. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v.45, n.4, p.753-785, 2015. DOI: <http://doi.org/10.1590/0101-416145453mdm>

MEIRELES, M. P. A.; MEIRELES, V. J. S.; SANTOS, L. V.; BARROS, R. F. M.. Perfil Socioeconômico dos Pescadores Artesanais da Comunidade Passarinho, Resex Marinha do Delta do Parnaíba, Araisos/MA. **Revista ESPACIOS**, Caracas, v.38, n.13, 2017.

MINGHELLI, M.. **Orçamento participativo**: uma leitura jurídico-política. Canoas: Ulbra, 2005.

MORAES, M. V. E.. Gestão pública e desenvolvimento: proposições para uma agenda de governo. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**, v.13, n.2, p.9-20, 2014.

NASCIMENTO, M. G. P.; SANTOS, K. P. P.; LIMA, E. F.; MEIRELES, V. J. S.; ANDRADE, I. M.; BARROS, R. F. M.. Conhecimento Ecológico dos Pescadores Artesanais da APA do Delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v.9, n.4, p.275-296, 2020. DOI: <http://doi.org/10.19177/rgsa.v9e42020275-296>

NASCIMENTO, S.. Reflexões sobre a Intersetorialidade entre as Políticas Públicas. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.101, p.95-120, 2010.

NUNES, I. S.; CAFFÉ FILHO, H. P.. Perspectiva e Desafios da Gestão Pública Contemporânea. **Revista Id on Line Multidisciplinar e de Psicologia**, Petrolina, v.13, n.45, p.715-733, 2019.

OLIVEIRA, F. M.. Desafios da participação popular no poder local. In: Fundação Konrad Adenauer. **Participação cidadã**: novos conceitos e metodologias. Fortaleza: Expressão, 2004.

OLIVEIRA, F. M.. Orçamento participativo: instrumento de democratização da gestão pública. In: Fundação Konrad Adenauer. **O poder, o controle social e o orçamento público**. Fortaleza: Expressão, 2005.

OSTROVSKI, R. C. K. P.. Eficiência da Gestão Pública e sua Relação com o Desenvolvimento Socioeconômico: uma análise ao longo dos municípios paranaenses. In: CAMARGO, R. M. C.; RODRIGUES, J. F.. **Gestão Pública**. Ponta Grossa: ZH4, 2021.

PASCOALETTO, D.; MAYER, T. L.; RECHE, R. A.. A Aplicação do LIMPE e as Relações de Poder: percepção de ex- cargos em comissão em relação ao Artigo 73 da Constituição Federal.

Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas, Garibaldi, v.9, n.1, 2020.

PEREIRA, G. M.; SOUSA JUNIOR, A. M.; VIEIRA, A. H.. Marco Legal da Urbanização no Brasil: reflexos na função social da propriedade. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v.11, n.1, p.77-94, 2022. DOI: <http://doi.org/10.3895/rbpd.v11n1.14541>

PEREIRA, L. C.; SILVEIRA, P. C. B.. Humanos e Caranguejos nos Manguezais do Delta do Parnaíba: histórias da paisagem. **Revista Antropológicas**, Recife, v.32, n.1, p.1-36, 2021.

PIRES, V. A.. **Orçamento Público**: abordagem tecnopolítica. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, 2011.

RICHARDSON, R. J.. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

ROCHA, A. M.; NÓBREGA, W. R. M; REZENDE FILHO, M. F.. Impactos da Política de Turismo no Município de Parnaíba (PI): percepção de diferentes sujeitos locais. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.4, p.695-719, 2019. DOI: <http://doi.org/10.34024/rbecotur.2018.v11.6705>

SANTOS FILHO, F. S.; ALMEIDA JUNIOR, E. B.; SOARES, C. R. S.; SICKEL, C. S.. Fisionomias das restingas do Delta do Parnaíba, Nordeste, Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.3, p.218-227, 2010.

SANTOS, K. L.; SILVA, V. J.. O Papel da Administração Pública na Rede Municipal de Ensino: desafios x possibilidades. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, v.2, p.133-150, 2019.

SANTOS, R. R. D.; SANTOS, C. M.; SOUZA, M. C.; MOTA, R. C.

L.. Boa Governança Territorial em Pequenos Municípios.

Revista Research, Society and Development, Vargem Grande Paulista, v.10, n.9, e33410918202, 2021. DOI: <http://doi.org/10.33448/rsd-v10i9.18202>

SEVERO, P. C.; FOFONKA, L.. Coleta Seletiva: relevância da coleta seletiva para preservação ambiental e geração de renda. **Revista Educação Ambiental em Ação**, n.55, 2018.

SILVA, W. C.; MUCCI, C. B. M. R.; BAETA, O. V.; ARAÚJO, D. S.. O Planejamento Estratégico na Administração Pública: um estudo multicaso. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v.13, n.1, p.90-101, 2013.

SOUZA, G. S.; NASCIMENTO, M. G. P.; LINS, R. P. M.; ANDRADE, I. M.. Socioeconomia e Percepção Ambiental de Pescadores Artesanais em uma Comunidade do Maranhão. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v.16, n.4, 2021. DOI: <http://doi.org/10.34024/revbea.2021.v16.11122>

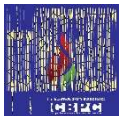
SOUZA, R. T. B.; MAYO, S. J.; ANDRADE, I. M.. Migrating Dunas and Restinga Vegetation in Piauí, Northeastern Brasil: the dominance of wild cashew trees (*Anacardium occidentale*). **Revista Feddes Repertorium**, Berlim, v.132, n.3. p.204-227, 2021. DOI: <http://doi.org/10.1002/fedr.202100012>

TONI, J.. **Reflexões sobre o Planejamento Estratégico no Setor Público**. Brasília: Enap, 2021.

VIEIRA, B. P.; DIAS, D.; HANAZAKI, N.. Homogeneidade de Enalhe de Resíduos Sólidos em um Manguezal da Ilha de Santa Catarina, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v.11, n.1, p.21-30, 2011. DOI: <http://doi.org/10.5894/rgci188>

Os autores detêm os direitos autorais de sua obra publicada. A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detêm os direitos materiais dos trabalhos publicados (obras, artigos etc.). Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas ou digitais sob coordenação da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.

Todas as obras (artigos) publicadas serão tokenizadas, ou seja, terão um NFT equivalente armazenado e comercializado livremente na rede OpenSea (https://opensea.io/HUB_CBPC), onde a CBPC irá operacionalizar a transferência dos direitos materiais das publicações para os próprios autores ou quaisquer interessados em adquiri-los e fazer o uso que lhe for de interesse.



Os direitos comerciais deste artigo podem ser adquiridos pelos autores ou quaisquer interessados através da aquisição, para posterior comercialização ou guarda, do NFT (Non-Fungible Token) equivalente através do seguinte link na OpenSea (Ethereum).

The commercial rights of this article can be acquired by the authors or any interested parties through the acquisition, for later commercialization or storage, of the equivalent NFT (Non-Fungible Token) through the following link on OpenSea (Ethereum).



<https://opensea.io/assets/ethereum/0x495f947276749ce646f68ac8c248420045cb7b5e/44951876800440915849902480545070078646674086961356520679561157898961313333249/>